

# TRANSCRIÇÃO

## PÓS 11 DE SETEMBRO DE 2001: UM RESGATE DO POLÍTICO E DA POLÍTICA PARA UMA NOVA GEOPOLÍTICA?<sup>1</sup>

Vânia Rubia Farias Vlach<sup>2</sup>

A partir do título (por sinal, muito interessante) que vocês propõem para a mesa redonda da noite de encerramento desse evento, – “Geografia espetáculo” no mundo contemporâneo: conflitos e crises –, quero registrar que há várias possibilidades de se encaminhar a geografia como um espetáculo no (e do) mundo contemporâneo; para citar um só exemplo, as paisagens, e as diferentes leituras que poderíamos fazer das mesmas, desde a sua mera contemplação até a sua apreensão como objeto de consumo por parte de milhões de turistas (e não estou fazendo nenhuma crítica ao turismo!). A minha opção é abordar o mundo pós 11 de setembro de 2001, o que não significa que eu haja esquecido o 11 de setembro de 1973 (golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet, no Chile, quando o presidente Salvador Allende foi assassinado, e seu governo destituído), ou que eu entenda a tragédia do 11 de setembro como um espetáculo; eu empreguei o termo tragédia para deixar isso bem claro. No seio dessa tragédia, ou por sua causa, um ator, mais do que nunca, deve ser resgatado: refiro-me ao político, na acepção da atividade dos indivíduos reconhecidos como cidadãos discutindo seus problemas na praça pública, dado que são os cidadãos que constituem o político. O político se institui sobre as relações que os homens, livres e iguais entre si, estabelecem uns com os outros, o que nos permite assinalar o caráter instituinte, fundador, desse fenômeno (sempre em movimento; daí a sua indeterminação). Por sua vez, o resgate de tal ator envolve a política, no sentido de que *“ser livre e viver-numa-polis eram, em certo sentido, a mesma e única coisa”* (ARENDDT, 1998:47). [grifo da autora].

O que seria, hoje, a antiga polis grega? A meu ver, o mundo atual, organizado sob a forma de Estados-nações, ou, melhor, a arena política mundial, constituída pelos referidos Estados, é o espaço privilegiado da coisa política, simultaneamente, no nível das relações nacionais, e no nível das relações internacionais. Em outras palavras, o diálogo deveria instalar-se, e prevalecer no seio de cada Estado-nação, e na Organização das Nações Unidas-ONU, essa última uma espécie de “síntese” dos Estados-nações na arena política mundial, no sentido de que, reconhecida por quase todos os Estados-nações, é a única autoridade global ... mesmo se ela não tem nenhum poder! Essa autoridade global remete à idéia de um mundo global, globalizado, mas que não é integrado, sobretudo na perspectiva do político; não é à toa que os Estados-nações, apesar de todos os impasses, inclusive uma indiscutível perda (relativa) de seu poder, permanecem como as unidades políticas, no grau mais alto, do espaço geográfico hodierno.

---

<sup>1</sup> Texto-fala apresentado originariamente na *XXXII Semana de Estudos Geográficos – Geopolítica e Geografia: interfaces conceituais, enigmas epistemológicos e possibilidades para o século XXI*, realizada de 30 de setembro a 04 de outubro de 2002, promovido pelo Centro Acadêmico dos Estudantes de Geografia da UNESP de Rio Claro.

<sup>2</sup> Professora do Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia - e-mail: vaniarubia@nanet.com.br

Feitas essas considerações iniciais, esclareço que vou fazer um outro “corte”, isto é, vou abordar a globalização e a fragmentação do mundo pós 11 de setembro de 2001, quando, pela primeira vez, a população e o governo dos Estados Unidos ficaram, ou se colocaram, no papel de vítimas, o que lhes conferiu capital moral, se posso me expressar assim. Por outro lado, o ataque terrorista que os surpreendeu nessa data, colocou por terra o “esplêndido isolamento” de seu território, o que havia facultado, a algumas de suas lideranças, a definição de uma política isolacionista ao longo de sua história, em permanente oposição aos defensores de uma política de abertura do país ao mundo.

Globalização e fragmentação não são fenômenos antagônicos; pelo contrário, fazem parte do mesmo processo, e são inseparáveis. Que processo é esse? Poderia denominá-lo de mundo moderno, de sociedade capitalista e moderna; assinalo que darei ênfase a seu atributo político por excelência: o Estado-nação. Por quê?

Desde os tratados de paz de Westfália (1648), define-se o Estado-nação a partir da idéia de território, que se tornou “*um meio de definir e de delimitar uma comunidade politicamente pertinente*” (BADIE, 1995:12). Em outras palavras, ao fundar o Estado-nação, o princípio de territorialidade constituiu-se no instrumento da ação política do/no mundo moderno. A idéia de território, desembocando na soberania, fundou o poder do Estado-nação moderno, e seu corolário: um sistema de Estados-nações, o chamado “concerto das nações”, posteriormente conhecido como “ordem mundial”.

Se a idéia de território é a lógica do Estado-nação, sob a globalização, é preciso reconhecer outra lógica, a das redes. Entretanto, essas duas lógicas não se opõem, se complementam; antes de tudo, foi o Estado-nação que criou as condições que possibilitaram a globalização. Os Estados Unidos são, a meu ver, o exemplo mais feliz de uma fusão perfeita entre a lógica do território e a lógica das redes; entre o final do século XIX e o início do século XX, se fizeram presentes em toda a superfície terrestre, via meios de transportes e comunicações eficientes. E não é possível ignorar o papel desempenhado pelo cinema de Hollywood, em meados do século XX, na propagação do *american way of life*, fundamental na disseminação de seus valores, o que foi decisivo para realizarem a sua ambição de exercerem hegemonia no planeta. É certo que o fato de o Estado haver perdido poder, relativamente, nas últimas duas ou três décadas, contribuiu para o aparecimento de redes terroristas; veja-se a presença da *Al Qaeda* (A Base) no Afeganistão (alguns consideram-na como um Estado virtual), sugerindo que as redes, algumas vezes, podem substituir a base territorial do Estado, e exercer o controle político da sociedade (considere-se o grau de destruição material do país, e de desorganização do aparato de Estado afegão, tanto em decorrência da invasão soviética, quanto da guerra civil que se estabeleceu internamente em 1989, após dez anos sob o controle dos soviéticos). Paralelamente, a diminuição da força reguladora do princípio de territorialidade contrasta com um aumento crescente de reivindicações territoriais, o que explica porque conceituamos, atualmente, a geopolítica como “*a análise das rivalidades de poderes sobre territórios*” (LACOSTE, 2002:3).

Por outro lado, a irrupção do Estado-nação no mundo moderno, em si mesma resultado da conquista do direito dos povos à autodeterminação, implicou o surgimento e/ou o desenvolvimento do regime democrático. Porém, se a democracia representa avanços consideráveis, por meio, entre outros, da proclamação da laicidade do Estado, ou do reconhecimento das liberdades do cidadão, a fragilidade também a caracteriza, de sorte que uma sociedade democrática pode ser objeto de atos terroristas, isto é, o terror, que é uma forma violenta de protesto, pôde romper a dinâmica cotidiana de New York (onde destruiu as duas

torres do *World Trade Center*<sup>3</sup>), e de Washington (onde parte das instalações do Pentágono foram destruídas), no “coração” da megalópolis atlântica dos Estados Unidos.

“As horripilantes atrocidades cometidas em 11 de setembro são algo inteiramente novo na política mundial, não em sua dimensão ou caráter, mas em relação ao alvo atingido. Para os Estados Unidos, é a primeira vez, desde a Guerra de 1812<sup>4</sup>, que o território nacional sofre um ataque, ou mesmo é ameaçado” (CHOMSKY, 2002:11-12). O terror, tão antigo quanto as primeiras civilizações, não apenas se revestiu do Novo em relação ao alvo dos atores que o desencadearam, mas, também, em relação às suas características básicas. Em outras palavras, hoje, esse fenômeno é indissociável da mídia, uma mídia também globalizada, de sorte que os atos terroristas expõem (ou vendem?) o “espetáculo” proporcionado por dramas humanos, tal como a destruição material ocorrida no território norte-americano, mas, sobretudo o drama da morte de milhares de pessoas, cujas vidas se “desmancharam no ar” e/ou se “desmancharam” em cinzas, em uma bela manhã de verão, bem como o fato de que, pela primeira vez na história humana, terroristas fizeram do suicídio a sua estratégia, utilizando-se de “veículos” das próprias vítimas (as empresas de aviação) ... tendo se tornado exímios pilotos (tudo indica) em escolas norte-americanas. Sem dúvida alguma, o uso que os terroristas fizeram/fazem da mídia exemplifica, entre outros, a fragilidade das sociedades democráticas. Mas a liberdade de imprensa pode, ao mesmo tempo, garantir a crítica de tais atos, e, assim, evitar que a opinião pública internacional manifeste (ou defenda) apenas um ponto de vista; é certo que os terroristas desejavam(m) conquistá-la para a sua causa. A imbricação do terrorismo com a tecnologia não se limita aos meios de transportes e comunicações, mas vai desde a formação dos terroristas, familiarizados com as armas de destruição massiva, biológicas, químicas, radioativas, atômicas, até o suporte financeiro, garantido por inúmeras redes bancárias disseminadas pelo mundo, de sorte que, praticamente, não há limites para a sua atuação; tanto assim que a população civil foi/é objeto de sua ação, outra singularidade desse fenômeno.

Dentre outros princípios que caracterizam o terrorismo que fez sua irrupção nesse início do século XXI, quero assinalar o papel desempenhado pelos fundamentalismos, que são vários, e cuja natureza é distinta. Podemos distinguir um fundamentalismo de mercado, representado pelo Consenso de Washington, que reduz o Estado à dimensão do econômico; um fundamentalismo político, identificável em governos como o do Iraque, onde Sadam Hussein impõe o seu ponto de vista à população, como uma doutrina própria (algo que aumenta a complexidade do fundamentalismo islâmico impregnado no país); diversos fundamentalismos religiosos, a exemplo do islamismo, do cristianismo, do judaísmo, do hinduísmo. Independentemente de sua vertente, qualquer fundamentalismo tem um caráter teocrático, pois emana dos deuses ou de Deus, de maneira que seus representantes na Terra (auto-proclamados assim!) pretendem colocar em prática todos os preceitos de uma dada doutrina, não necessariamente religiosa (como acabamos de mostrar), o que explica porque resistem às mudanças, porque são conservadores, e absolutamente refratários ao Novo.

Por que, recentemente, fala-se muito no fundamentalismo islâmico? Antes de mais nada, convém, a meu ver, registrar que o princípio de territorialidade foi imposto, regra geral pelos europeus, não apenas em suas ex-colônias na América Latina, mas atingiu, igualmente,

---

<sup>3</sup> Não seriam uma espécie de torre de Babel contemporânea? Mesmo se a predominância do inglês assinalava a hegemonia dos Estados Unidos, alguns milhares de pessoas viviam, certamente não sem conflitos, mas em paz no que muitos identificaram apenas como um dos símbolos do poderio desse país.

<sup>4</sup> Trata-se da guerra que o presidente James Madison declarou contra a Inglaterra; é conhecida, também, como a segunda guerra de independência dos Estados Unidos (a capital foi invadida por um batalhão inglês, e Madison teve que fugir de Washington).

sociedades cujas identidades culturais floresceram (e hoje se renovam) em meio a uma combinação de relações entre pequenas comunidades e sua associação em macroconjuntos religiosos alheios a qualquer lógica territorial, na África e na Ásia. O fato é que, nesse caso, a imposição do Estado-nação agravou, profundamente, as condições de vida da população em geral, pois as lideranças políticas nacionais se afastaram dos interesses e necessidades populares, e não introduziram as mudanças econômicas prometidas antes de sua ascensão ao poder. Não tardou muito para que se percebesse o engodo; porém, nesse momento, quase não restava mais nada da solidariedade da antiga sociedade, algumas vezes de caráter tribal. Frente a um misto de desencantamento político, de dúvidas quanto à própria identidade, de ausência de perspectivas para o futuro (sobretudo entre os jovens), alguns decidiram fazer uma (re)leitura do Alcorão, o livro sagrado do islamismo (fundado pelo profeta Maomé), segundo uma perspectiva político-religiosa radical, isto é, fanatizando os seus princípios, dentre os quais destaca-se, na organização do Estado, a fusão entre a religião e a política. De uma maneira bastante simplificada, podemos afirmar que, agindo assim, tornaram (ou tentam tornar) as diferenças entre a civilização ocidental e a civilização islâmica como algo intransponível, o que, no limite, impediria uma convivência pacífica entre ambas (e as demais civilizações); não surpreende, pois, a incitação à uma “guerra santa”. Chamamos a atenção para a palavra alguns, há pouco mencionada, pois não se deve confundir os fundamentalistas islâmicos com o conjunto dos árabes (Osama bin Laden, a quem se atribui os atentados do 11 de setembro, nasceu na Arábia Saudita), nem com o conjunto dos que professam a religião islâmica, hoje em expansão significativa na África e na Ásia.

Os fundamentalismos de natureza religiosa têm uma característica comum: a oposição à modernidade política, pois negam o pluralismo político, os ideais de liberdade e igualdade, o respeito aos direitos humanos, e a modernidade cultural, pois condenam a visão secular do mundo, e a participação ativa da mulher na sociedade (ao homem, tido como superior à mulher, cabe, exclusivamente, a liderança). Os fundamentalistas islâmicos tendem a criar uma sinonímia entre tais valores e a civilização ocidental, responsabilizando essa última pela desqualificação dos valores tradicionais (qualquer que seja a sua natureza, como estamos vendo). E lutam pela sua imposição, interna e externamente, o que explica os conflitos, cada vez mais frequentes, no interior das sociedades européias que contam com um grande percentual de imigrantes que procedem de países cuja religião é islâmica, a exemplo dos magrebinos na França.

Por outro lado, *“parece haver pouca dúvida quanto ao fato de os responsáveis (pelos atentados do 11 de setembro) virem de uma rede de terrorismo que tem suas raízes nos exércitos mercenários que foram organizados, treinados e armados pela CIA (Central de Inteligência Americana), Egito, Paquistão, pela inteligência francesa, pelos fundos provenientes da Arábia Saudita e similares. A história desse episódio permanece de alguma forma obscura. A organização dessas forças iniciou-se em 1979 [...]. [...] Os EUA, juntamente com seus aliados, reuniram um enorme exército mercenário, composto talvez de mais de 100 mil homens, arregimentados dos setores mais radicais que puderam encontrar, que eram justamente os islâmicos radicais, também chamados de ‘islâmicos fundamentalistas’, e isso trazendo homens de todas as partes, principalmente de fora do Afeganistão. São os chamados afeganis, mas, assim como bin Laden, muitos deles vêm de outros países. Bin Laden juntou-se a esse exército em algum momento dos anos 1980. Ele estava envolvido com as redes de arrecadação de fundos, que provavelmente ainda existem”* (CHOMSKY, 2002: 94-95). [grifo do autor].

Esse excerto, além de explicitar a coexistência da lógica do território com a lógica das redes (esse exército mercenário se organizou em alguns territórios, e invadiu outros, a exemplo da “arapuca afegã” preparada pelo governo dos Estados Unidos para a então União Soviética, secundado por várias redes), e a aliança, em passado recente, dos Estados Unidos com aqueles

que, hoje, denomina de terroristas, como Sadam Hussein ou bin Laden, indica que o 11 de setembro não pode ser entendido como resultado do chamado choque das civilizações. Ao promover a organização de exércitos mercenários, que foram utilizados, por exemplo, para expulsar os soviéticos do Afeganistão, em 1989, em que a civilização ocidental (isto é, os responsáveis por tal ação<sup>5</sup>) se distinguiria dos muçulmanos fanáticos do Oriente Médio, do norte da África e da Ásia? Mas, certamente, bin Laden teria apreciado que o governo Bush fizesse essa leitura, o que poderia ter desembocado em uma “guerra santa” contra o Islã, desconhecendo a sua diversidade interna, a começar pela existência dos radicais e dos moderados, o que, em alguns casos, levou à uma guerra civil; veja-se a situação da Argélia a partir da década de 1990. A desconsideração da diversidade interna das civilizações decorre do fato de que Samuel Huntington, que publicou *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* em 1996 (traduzido no Brasil em 1997), as analisa como um conjunto (definido culturalmente, e a religião aí desempenha um papel central); ao privilegiar o todo, sua abordagem implica o risco de (se) ignorar os subconjuntos em que os conflitos, seja políticos, seja religiosos, se manifestam, o que mostra que nenhuma civilização pode ser analisada de um ponto de vista monolítico.

Voltando à ordem mundial, estabelecida pela lógica do Estado-nação, apoiada na concepção territorial do espaço da política (a idéia de território, ou o princípio da territorialidade), e imposta ao mundo pelo Ocidente, não há dúvida de que os atentados do 11 de setembro provocaram/provocam repercussões importantes; alguns se perguntaram se uma nova ordem não surgiria das cinzas. Conviria, inicialmente, insistir no fato de que a ordem mundial (como qualquer ordem social) não deve ser entendida como algo isento de conflitos; pelo contrário, uma certa ordem e uma certa desordem (se posso me exprimir assim) caminham juntas, dado que os atores da arena política mundial não são iguais em relação ao poder que possuem, que representam, ou que exercem (o que não nega, nem a existência, nem o reconhecimento do direito internacional). Em outras palavras, há uma hierarquia entre os vários Estados-nações, e não é de hoje que potências mundiais são identificadas, e classificadas, por exemplo, em grandes ou médias, e se reconhece essa como a que exerce (ou exerceu) hegemonia mundial, ou aquelas que exercem hegemonia regional. Na verdade, os Estados travam entre si uma luta acirrada pelo exercício do poder no mundo; o Brasil é só mais um exemplo, e isso remonta ao século XIX, quando o Império do Brasil reivindicou a hegemonia na América Latina.

Após o final da ordem mundial definida pela guerra fria, isto é, após o fim da bipolaridade, que se estendeu de 1945 (término da Segunda Guerra Mundial) até 1991 (desaparecimento da União Soviética, evento anunciado pela queda do Muro de Berlim, em 1989), não há, necessariamente, um consenso a seu respeito. Alguns afirmam que a atual ordem mundial é unipolar, do ponto de vista do poder militar, dada a preponderância dos Estados Unidos em armamentos; em um documento recente (cf. abaixo), autoridades governamentais afirmam que “*desfrutam de uma força militar sem igual*”!; multipolar, do ponto de vista do poder econômico, uma vez que os Estados Unidos enfrentam uma concorrência acentuada da parte da União Européia, do Japão (mesmo se, ultimamente, o país apresenta problemas nesse setor), da China (há cerca de 15 anos, é o país que apresenta as taxas mais elevadas de crescimento econômico); e, do ponto de vista político, consideram que a ordem mundial é caótica, tantos são os obstáculos para a paz, para a solidariedade entre os povos, para a melhoria das condições de vida de cerca de dois terços da população mundial (a África subsaariana, abandonada à sua própria sorte, está praticamente à margem do mundo). Por sinal, a *Al Qaeda* não é uma resposta à

---

<sup>5</sup> Convém lembrar que alguns, como Chomsky, não hesitam a classificar os Estados Unidos como um “Estado líder do terrorismo”.

miséria das populações muçulmanas pobres e oprimidas do Oriente Médio, do norte da África e da Ásia; pelo contrário, suas ações vêm prejudicando-as ao longo do tempo, e isso tende a se agravar pós 11 de setembro.

De qualquer maneira, a administração do presidente George W. Bush definiu, em um documento datado de 20 de setembro de 2002, a nova Estratégia nacional de segurança dos Estados Unidos, segundo a qual, diante de uma “[...] *ameaça iminente [...] a América<sup>6</sup> intervirá antes mesmo que a ameaça se concretize*”. Caso isso ocorra no Iraque nos próximos meses, é certo que os Estados Unidos estariam se (auto)-investindo de uma liderança global tão exacerbada que não respeitaria a ordem mundial vigente, e assumiriam a “vocação imperial” que os anima há longo tempo. Porém, até o momento, isso não se verificou, até porque interesses maiores criam dificuldades para a realização dessa “vocação”, o que sugere, por outro lado, a necessidade de ponderarem a respeito da continuidade, ou não, de uma ordem mundial, e de seu significado. Como abrir mão dela em um mundo globalizado, mas não integrado de fato? Ou podemos abrir mão dela? Já temos algo para substituí-la? Estamos construindo algo novo para tal?

Como quer que seja – e não há nada de definitivo a respeito –, podemos identificar vencedores e vencidos pós 11 de setembro de 2001. Sem fazer uma análise exaustiva, limitarnos-emos a apresentar alguns traços que nos parecem importantes agora, e que podem, ainda, se redefinirem. Dentre os vencedores, podemos começar com a Rússia: ao colaborar ativamente com os Estados Unidos, principalmente intercedendo junto aos governos do Tajiquistão e do Turcomenistão (na fronteira com o Afeganistão), para que aceitassem a instalação de bases de apoio logístico para as tropas da coalisão dos Estados Unidos e seus aliados em seus territórios, o governo está preparando o caminho para que, um dia, seja admitida no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte-OTAN. E, sob o pretexto de que apenas reage   a o de terroristas fundamentalistas, conseguiu, na prática, justificar os massacres que vem perpetrando na Chech nia, desde 1994. A China, por sua vez, tem suas mãos livres, tanto para continuar concorrendo com os Estados Unidos no mercado internacional, como para perseguir as etnias que lutam pela sua independência, a exemplo do que ocorre no Tibete (na fronteira com o Nepal), e os grupos islâmicos que vivem na região de Xinjiang (localizada a oeste de seu território), dado que apoiou a a o do governo Bush. Poderá, quem sabe, pleitear um lugar na Organização Mundial do Comércio-OMC, assim como, em futuro próximo, conseguir tentar o apoio dos Estados Unidos para incorporar Taiwan, “reunificando a pátria”, pois consideram Taiwan uma de suas províncias, de maneira que as autoridades chinesas aplicariam   Taiwan a máxima “um país, dois sistemas”, arranjo político que permitiu a incorporação de Hong Kong ao seu território em 1  de julho de 1997. A União Européia, apesar de confrontada às questões que decorrem da forte presença demográfica de muçulmanos (cerca de 20 milhões de pessoas) em seus Estados-membros, poderá se ampliar, abrindo-se para receber os países da Europa do leste, mantendo as pretensões da Turquia em suspenso, pelo menos a curto prazo. Por outro lado, se seus governos mais influentes, como a França, decidirem criar dificuldades para a hegemonia americana (usando seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU, ou dizendo-lhe não   utilização militar das tropas da OTAN), poderão definir a sua própria política externa, livrando-se das imposições do período da guerra fria, e da sujeição *vis-à-vis* dos Estados Unidos, objeto de críticas acerbas de intelectuais e políticos europeus. A ONU deverá se beneficiar, dado que, em condições normais, seu aval é considerado precioso para qualquer a o beligerante; mesmo se os

---

<sup>6</sup> Seus dirigentes políticos e lideranças intelectuais não tornaram o monopólio desse termo um tru simo?

Estados Unidos ameaçam desrespeitar a soberania dos Estados-nações que integram o que denominam de “o eixo do mal”, valendo-se de argumento de que o terrorismo é uma “ameaça iminente”, como vimos acima. Finalmente, o atual governo Bush, a direita como um todo, e as multinacionais americanas são, também, vencedores, e os desdobramentos de tal situação marcarão, certamente, a cena política nacional nos próximos meses (eleições para governadores, para a Câmara e para o Senado), o que é de fundamental importância nesse país, cujas diretrizes em matéria de política externa dependem da política interna (a “prioridade da política interna”); externamente, intensificarão as forças da direita (e da extrema direita) na Europa. Economicamente, as reservas petrolíferas localizadas no Afeganistão e nos países árabes do Oriente Médio explicam o interesse dos Estados Unidos nessa região do mundo. E Israel? Não seria, igualmente, um outro vencedor? Afinal, sob o pretexto de combater o terrorismo, Ariel Sharon não poderia endurecer, ainda mais, sua política *vis-à-vis* dos palestinos, internamente divididos entre radicais e moderados?

Dentre os vencidos, há que se registrar a derrota do Taliban (a milícia fundamentalista que exercia o poder) no Afeganistão, abrindo caminho para a sua reconstrução, um processo complexo, dado que sua desestruturação remonta à década de 1970. Mas, o Islã, como um todo (reduzido à aceção de fanatismo/radicalismo religioso-político), e os palestinos, em particular, não seriam os grandes perdedores? E, dessa maneira, a civilização humana não correria, entre outros, o risco de, perdidos os valores que, bem ou mal, garantiram a coexistência de povos, Estados, impérios etc., e sua diversidade cultural durante séculos (e mesmo milênios), desaparecer e/ou ser substituída pela barbárie?

*“Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais”* (BENJAMIN, 1986:225), indissociáveis dos valores. Se é verdade, igualmente, que *“nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento da barbárie”* (BENJAMIN, 1986:225), um dos combates mais prementes da atualidade não seria o de nos mobilizarmos contra a barbárie? Como fazê-lo? Não tenho a pretensão de responder a esse desafio, mas entendo que o exercício cotidiano da democracia é, por excelência, a “arma” contra toda a violência à vida humana, sobretudo porque estamos vivendo restrições aos direitos mais elementares da cidadania. Exercer a cidadania remete, entre outros, à prática democrática da discussão de questões que envolvem poder, política e território, qualquer que seja a sua escala. Essa nova geopolítica deve, pois, se firmar no cenário mundial contemporâneo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998. 238 p.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires.** Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard. 1995. 276 p. (Coll. L'espace du politique).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 3<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense. 1987. 253 p. p. 222-225 (Obras escolhidas, v.1).

CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Trad. Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002. 151 p.

LACOSTE, Yves. Géopolitique des religions. **Hérodote**, Paris, no. 106, p. 3-15, 3e. trimestre 2002.

THE NATIONAL SECURITY STRATEGY UNITED STATES OF AMERICA, september 2002. (disponível no site [www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf)).